

IMPRENSA E POLÍTICA: ALGUNS DADOS SOBRE A IMPRENSA PERIÓDICA PORTUGUESA DURANTE AS LUTAS LIBERAIS (1820-1834)

Nesta pequena nota debruçar-me-ei sobre a imprensa periódica portuguesa durante o período da instalação do liberalismo (1820-1834). Apesar dos estudos que têm sido realizados sobre a imprensa em Portugal, falta-nos ainda um inventário sistemático das espécies publicadas, bem como trabalhos que se apoiem, não numa análise selectiva e qualitativa, mas em indicadores globais e quantitativos, embora os dois tipos de abordagem sejam naturalmente complementares. É no quadro desta última perspectiva que se integram as linhas que se seguem: trata-se da apresentação de dados sobre o número, a ideologia e a distribuição cronológica e geográfica dos periódicos portugueses de que se encontrou referência durante o período considerado, para além de algumas indicações sobre os redactores e as tipografias; ficou ainda, portanto, todo um universo por explorar, mesmo dentro deste tipo de abordagem: periodicidade, formato, preço,

secções, publicidade, tiragem (quase impossível de saber para este período), difusão, etc. (leia-se o plano proposto, há já tanto tempo, por TENGARRINHA [1965], prefácio); embora tenha recolhido informações sobre algumas dessas características (por exemplo, periodicidade e preço) elas são ainda demasiado fragmentárias para permitirem uma análise global, pelo que apenas se referirão a título indicativo.

A imprensa moderna está profundamente ligada ao sistema político liberal e à industrialização. Ambos deram lugar a uma sociedade de massas — em que sobressaem a política, a cultura e o consumo de massas; a informação e a comunicação desempenham um lugar essencial nesse fenómeno. Durante o século XIX a imprensa alcançará um lugar privilegiado como meio, por excelência, de comunicação e informação de massas, com destaque para a imprensa periódica.

A expressão das opiniões era, no Antigo Regime, duplamente controlada pela Igreja através dos tribunais inquisitoriais e da censura, por um lado, e através desse canal ancestral de informação que é o púlpito, por outro. Controlo físico das publicações e controlo ideológico das consciências, de que o Estado se apropriou, em parte, na segunda metade do século XVIII. A burguesia, como principal grupo portador das novas ideias, necessitava de um canal próprio de informação e comunicação (HABERMAS), onde pudesse exprimir as suas opiniões, e que fosse possível utilizar como instrumento de propaganda. Foi assim que o jornalismo, junto com o panfletarismo, a poesia, o teatro e a oratória, se tornaram «instrumentos activos na luta social», procurando formar a opinião dos leitores e dos auditores, e incitar à acção (SILVA DIAS, 1980, 769 e TENGARRINHA, 1983, 148). A imprensa política tinha nascido.

Em Portugal (TENGARRINHA, p. 52), tal como em Espanha (GIL NOVALES, CRUZ SEOANE), 1808 é o ponto de partida. Mas, da mesma forma que em toda a Europa, foram as revoluções liberais que provocaram não só a explosão numérica da imprensa periódica, como a sua profunda politização. É certo que não se está ainda perante a grande imprensa de altas tiragens e comercialização maciça, para alguns condições de existência da informação moderna (BALLE); mas a ruptura com a época anterior é clara, quer em quantidade e em conteúdo, quer na apresentação gráfica, para que se incluía ainda esta imprensa na fase da pré-história da informação. Diria mesmo que, na óptica da sociologia da informação e partindo da célebre frase de LASSWEL «quem diz o quê a quem, por que canal, com que efeitos» foi nesta altura que tudo se alterou.

A revolução de 1820 transformou as condições de fazer política, nomeadamente com a introdução de eleições, o fomento de associações políticas e a criação de uma opinião pública⁽¹⁾ através, sobretudo, da

(1) Não se discute aqui a validade da utilização do conceito de «opinião pública» para este período (bem como o estudo da imprensa como forma de a conhecer). É no entanto uma realidade que a partir dos finais do século XVIII se formou «a ideia de que a 'opinião pública' é uma força que deve ser tida em conta pelos estadistas» (DUROSELLE, 1978,

imprensa. Esta foi a grande difusora do novo vocabulário ideológico e político. Como arma de combate político, como quarto poder, como criadora da opinião pública, a imprensa afirma-se, pois, com o liberalismo.

Pretendo demonstrar que a utilização da imprensa periódica como arma política não foi apanágio exclusivo dos liberais, embora estes tenham sido os seus principais impulsionadores; que a evolução quantitativa dos periódicos esteve dependente das conjunturas políticas; que a imprensa de Lisboa, apesar da importância dos periódicos portuenses, era a imprensa do País; que os periódicos circularam e foram lidos mais do que habitualmente se afirma.

LIBERAIS, CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS E IMPRENSA

Os liberais lutaram pela liberdade de imprensa, que consideravam uma manifestação particular e definida da liberdade. Como se escrevia em *O Censor Provinciano* de 21 de Dezembro de 1822, ela constituía uma garantia dos cidadãos face ao despotismo, um meio «de propagação dos conhecimentos literários, do desenvolvimento do génio e da felicidade dos homens», um instrumento na luta contra a ignorância. Encaravam-na como salvaguarda do sistema constitucional e como meio indispensável para impedir os abusos e as injustiças do governo, para conhecer as opiniões dos cidadãos sobre as reformas a empreender. ALMEIDA GARRETT escreveria em *Portugal na Balança da Europa* que sem liberdade de imprensa (e sem guardas nacionais para a defenderem) a «liberdade é quimérica». Tal posição de princípio não impediu, contudo, que a questão fosse apaixonadamente discutida entre liberais, que muitos advogassem a existência de uma censura prévia para evitar uma «imprensa sem controlo» e que aquela não tenha sido posta em prática (2). Mas a imprensa podia ser

128), embora, como justamente HABERMAS (1978) salientou, «pública» é uma adjectivação demasiado forte para uma opinião produzida por, e destinada a, um grupo restrito de «esclarecidos» (donde a sua proposta, na história da opinião pública, de três tipos distintos, a literária, a plebeia e a plebiscitária). Os miguelistas não foram alheios a esse novo fenómeno; dois exemplos entre muitos, são o artigo de FREI FORTUNATO DE S. BOAVENTURA no n.º 3 (1824) do seu periódico *Mastigoforo*, intitulado precisamente «opinião pública» e o artigo «Voz Pública» do n.º 50 de 29 de Março de 1828 do jornal miguelista *A Trombeta Final* (Veja-se a nota 117 do meu trabalho *O miguelismo...*).

(2) Como refere JAIME RAPOSO COSTA (1976, 97-125), a aceitação de uma imprensa livre encontrou sérias resistências, nomeadamente por parte dos liberais «conservadores» que advogaram «uma censura prévia para que a tranquilidade pública não fosse perturbada nos seus esquemas religiosos por uma imprensa sem controlo». Sobre a posição dos liberais vintistas acerca da liberdade de imprensa veja-se também VERDELHO (1981, 64-67).

também uma arma contra os inimigos do liberalismo, como salientou MOUZINHO DA SILVEIRA num discurso na Câmara dos Deputados a propósito do imposto de selo sobre os jornais (citado por TENGARRINHA, 1965, 93):

«As armas mais poderosas para combater as ideias anticonstitucionais são os escritos e a imprensa, e na ordem dos escritos impressos nenhuns são tão lidos como os periódicos; impor tributo sobre eles é fazer com que cheguem a menor número de leitores e tolher que as luzes se espalhem; é o mesmo que não querer que as ideias anticonstitucionais se combatam».

Os contra-revolucionários defendiam princípios opostos. Pelo menos, se não apenas, em palavras. De facto, nos escritos miguelistas (3) a liberdade de imprensa é apresentada como um veículo privilegiado do ateísmo, da injustiça, da revolução, do «desenfreno geral», da «mania das revoluções» (A *Trombeta Final*, 31 de Março de 1828), a sua mais poderosa arma. Alguns, como JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO e FREI FORTUNATO DE SÃO BOAVENTURA consideravam a imprensa uma autêntica caixa de pandora, uma fonte de desordem. A condenação da imprensa livre decorria da defesa do princípio político de que a actuação do governo — e a do rei — não é passível de crítica, de que os súbditos não são cidadãos, não devem intervir nas tarefas do rei e dos seus ministros. Nada mais natural, portanto, que advogassem a censura, «e censura bem apertada», e que o governo de D. Miguel a tenha posto em prática. Mas há livros e livros, periódicos e periódicos. Isto é, os livros maus «que pervertem a mocidade, contrários» (FREI FORTUNATO DE SÃO BOAVENTURA). E se «todos os Periódicos do Mundo se tem feito para enganar» é necessário fazer periódicos «para desenganar» (JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO).

O GOVERNO MIGUELISTA E A IMPRENSA

O governo de D. Miguel, conquanto considerasse ser a imprensa «uma fórmula adoptada pela revolução» (VISCONDE DE SANTARÉM, ministro dos Negócios Estrangeiros), um meio dos «mais escandalosos» utilizados pelos liberais «para fascinar com as mais absurdas, e capciosas publicações... as pessoas despercebidas com o fim de as atrair» (*Manifesto de D. Miguel*, 1832), e conquanto reintroduzisse a censura, não aboliu a imprensa; pelo contrário, ciente da importância e da implantação desse novo meio de informação-comunicação-difusão integrou-o na sua estratégia política.

Por exemplo, face ao regresso de D. Miguel em Fevereiro de 1828, os periódicos redigidos por contra-revolucionários prepararam o terreno

(3) Veja-se MARIA ALEXANDRE LOUSADA, *O miguelismo...*, 1987, pp. 240-242.

para o retorno ao absolutismo, atacando ferozmente os «traidores liberais», imputando a causa de todos os males aos textos constitucionais e à revolução, cantando as delícias e as glórias do Portugal «antigo e tradicional», e apresentando D. Miguel como um novo Salvador. Um desses periódicos foi *A Trombeta Final*, o qual, afirmando ter sido o primeiro a defender publicamente a legitimidade da realeza de D. Miguel, expunha de forma clara a necessidade da existência de periódicos realistas:

«Reflexão sobre os Periódicos.

Quer o Mundo paz? Não tenha Periódicos. Assim o diz R. P. José Agostinho de Macedo, e com efeito tem toda a razão. Se olharmos à sua origem veremos que eles nasceram com as revoluções (...). Os Periódicos são um efeito necessário da liberdade da Imprensa: podemos dizer que esta é a principal arma da Revolução (...). Então nos dirão os nossos leitores, não deve haver Periódico algum, e a mesma Gazeta deve-se reduzir aos anúncios. Não, senhores (...) deve haver meio termo, um Periódico Realista cujo objecto não seja outro se não fazer acreditar os actos do Governo, fazer públicas as virtudes do Nosso Adorado Soberano, manifestar com linguagem a mais clara as boas intenções de um Monarca (...), acreditar pelo modo possível o sistema Monárquico, combater as ideias revolucionárias que sempre se conservam ainda mesmo depois de extinta a Revolução, promover por meio de discursos, e factos históricos o espírito Religioso (...), e finalmente tornar odiosos não os homens mas as suas opiniões Constitucionais; um tal Periódico será de grande interesse, e até de necessidade; (...) esta arma é com que os Revolucionários tem feito mais conquistas; pois sirvamo-nos nós dela para destruir as suas, e estabelecer as nossas (...). *A Trombeta Final*, n.º 98, 14.Julho.1828.

E, na realidade, os miguelistas não foram nada avaros na utilização da imprensa periódica, inclusive nos períodos de vigência do liberalismo, como TORRALBA (1980b) justamente realçou para o período de 1820-1823.

A IMPRENSA PERIÓDICA ENTRE 1820 E 1834. ALGUNS DADOS QUANTITATIVOS

Em primeiro lugar impõe-se um esclarecimento sobre o que se entende e o que se considerou como periódico. Para GIL NOVALES (1975, 981) papel, folheto e periódico eram na época palavras sinónimas. TENGARRINHA (1965) parece ter utilizado um critério semelhante, segundo se depreende do esquema de classificação que propõe. Pode dizer-se que existiam periódicos de todos os tipos, tamanhos e géneros: periódicos políticos, noticiosos, oficiais, semi-oficiais, só de anúncios, almanacs, para damas, em língua estrangeira, etc.; periódicos diários, bissemanais, semanários, mensais, etc. A maior parte era de pequeno formato e do tipo político (onde

dominavam os géneros de opinião e noticioso). Se nem todos correspondem ao que hoje designamos por jornal, a maior parte pode, contudo, incluir-se nessa categoria. Tal como em Espanha (SEOANE, 1983, 90) os periódicos políticos predominam, em particular nas épocas constitucionais.

Procurei realizar um inventário o mais sistemático possível de todos os periódicos publicados em Portugal entre 24 de Agosto de 1820 (início da primeira revolução liberal) e 27 de Maio de 1834 (fim da guerra civil). Dele *excluí* os almanaques por pertencerem a uma espécie muito particular de periódicos (veja-se RADICH, 1982). O levantamento foi efectuado a partir do manuscrito de AUGUSTO XAVIER DA SILVA PEREIRA, existente na Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa (*Manuscrito Azul*, 445 a 457), e completado com as informações constantes nas obras do mesmo autor sobre o jornalismo, publicadas em 1895 e 1897, no livro de JOSÉ TENGARRINHA, *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (1965), nos estudos que têm sido publicados sobre jornalismo, livros e imprensa, nos trabalhos sobre a primeira metade do século XIX e ainda com a recolha pessoal efectuada na Biblioteca Nacional.

NÚMERO DE PERIÓDICOS E DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL

Entre 24 de Agosto de 1820 e 27 de Maio de 1834, publicaram-se, pelo menos, 316 periódicos (LOUSADA, 1987, anexo), irregularmente distribuídos ao longo desses catorze anos (figura 1). Só no primeiro ano surgiram 20 novos periódicos, número que duplicou em 1821 (41 títulos novos). Comparado com o período anterior à revolução este movimento jornalístico é impressionante: durante o reinado de D. José (1750-1777) haviam surgido 15 periódicos; entre 1777 e 1799, 17 (reinado de D. Maria) e durante a regência de D. João foram criados 91 (TENGARRINHA, 1965, 52). O único paralelo possível é o que se pode estabelecer com o ano de 1809, em que foram criados 22 periódicos (TENGARRINHA, 1965, 53).

1820-1823 e 1826-1828 foram os anos de actividade jornalística mais intensa, como se pode verificar na figura 1, que confirma aliás os dados de TENGARRINHA; ou seja durante os dois primeiros períodos de vigência do liberalismo foram publicados cerca de três quartos (74,8 %, correspondendo a 235) dos periódicos surgidos entre a revolução de 24 de Agosto e o fim da guerra civil; os acontecimentos de 1831 (caso Roussin e abdicação de D. Pedro no Brasil), bem como o início da guerra em 1832, provocaram um ligeiro surto jornalístico, bem aquém, no entanto, dos anos áureos anteriores. As novas condições da vida política introduzida pelo sistema político liberal (não esquecendo a liberdade de imprensa) são as principais responsáveis pela explosão editorial (livros, folhetos, periódicos, etc.); as vicissitudes do estabelecimento do liberalismo em Portugal explicam as descontinuidades do movimento jornalístico, altamente dependente da conjuntura política dado o seu carácter eminentemente ideológico.

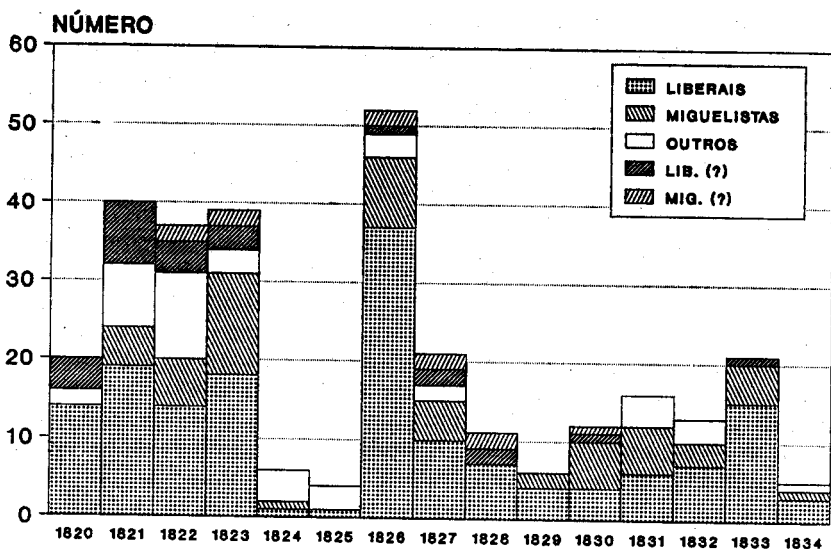


Fig. 1 — Periódicos surgidos entre 1820 e 1834

CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA

Mas, para além do número global de periódicos e da sua distribuição temporal, interessava sobretudo cruzar essas informações com as da classificação ideológica. Esta foi realizada a partir das indicações constantes das várias obras de A. XAVIER DA SILVA PEREIRA, já referidas, procurando-se minimizar os possíveis erros através do confronto com a classificação proposta por outros autores (quando existente) e da utilização de uma tipologia que permitisse englobar os casos duvidosos. São conhecidas as dificuldades desta tarefa (apontadas claramente por TORGAL, 1980a, 285 e 1980b, 5). Deste modo os periódicos foram classificados em liberais, liberais(?), miguelistas, miguelistas(?) e outros⁽⁴⁾.

No conjunto do período, bem como em quase todos os anos, os periódicos liberais são a maioria (160 em 316, ou seja 50,6%), ao passo que os miguelistas não chegam a atingir um quarto (77 em 316, ou seja

(4) Por comodidade de linguagem utilizou-se esta designação: os «outros» compreendem os periódicos de carácter oficial (como a *Gazeta de Lisboa*) os satíricos quando o seu posicionamento ideológico não era claro, e os de tipo literário; dado o claro predomínio dos periódicos de teor político e, por outro lado, dada a politização dos jornais de tipo satírico, por exemplo, ou melhor, a apropriação desse tipo de imprensa pela propaganda política, não se julgou necessária a classificação em periódicos políticos, literários, científicos, de medicina, de belas artes, satíricos, etc.

24,3 %). A junção a cada um destes dois grupos, dos periódicos cuja ideologia oferece dúvidas, não altera o panorama (quadro I). Mas estes números mostram como os miguelistas utilizaram um instrumento de propaganda que criticavam.

A leitura, ano a ano, dos dados recolhidos permite, por outro lado, constatar que a imprensa periódica contra-revolucionária surgiu apenas em 1821 (possivelmente na sequência da abertura das cortes constituintes e do seu trabalho legislativo, como já TORRALBA [1980 e 1980a] assinalou) e que 1823 e 1828 foram os seus anos mais activos. Tal ter-se-á devido, simultaneamente, à possibilidade de criticar mais abertamente o liberalismo e os liberais, e à necessidade de criar uma opinião pública favorável a um regresso ao Antigo Regime. Em muitos casos, estes periódicos foram preencher o vazio deixado pelos afectos ao liberalismo, os quais dificilmente se conseguiam publicar fora dos períodos constitucionais.

GEOGRAFIA DA EDIÇÃO

A distribuição geográfica dos locais de edição revela, por seu turno, que os periódicos miguelistas foram quase todos editados em Lisboa (89 % dos 77 periódicos miguelistas); os periódicos liberais, embora predominantemente oriundos também de Lisboa (49 % de 160), tinham uma origem geográfica mais diversificada (15 % editados no Porto e 8 % em Coimbra, por exemplo). De qualquer modo, tal como a imprensa de Madrid em relação a Espanha (SÉOANE, 1983, 17), também em Portugal a imprensa de Lisboa era a imprensa geral do País, com o Porto em segundo lugar, é certo, mas bem distanciado (fig. 2 e quadro I).

Para este período, os dados sobre a difusão e sobre as tiragens são quase inexistentes; geralmente suspeita-se que a sua circulação estava bastante circunscrita aos locais de edição (ou seja, Lisboa, Porto e Coimbra no essencial), e que os periódicos feitos no estrangeiro (Londres, Paris e Rio de Janeiro, por exemplo) eram enviados sobretudo para as principais cidades portuguesas. Esta geografia da edição parece corroborar o que se sabe sobre a implantação do liberalismo nos grandes núcleos urbanos e mais alfabetizados do País. A batalha da imprensa jogava-se nas grandes cidades onde, aí sim, era necessário combater com as mesmas armas do inimigo; no mundo rural, os canais tradicionais de informação acima referidos, e que cobriam todo o território, continuavam a ser o meio privilegiado de difusão de informação. Este panorama deve, todavia, ser rectificado, ainda que as suas linhas gerais se mantenham; é que uma coisa são os locais de edição, outra a circulação-divulgação⁽⁵⁾ dos periódicos.

(5) Sobre os problemas que se levantam acerca do estudo da difusão, divulgação e circulação de textos, bem como outras questões relacionadas com uma história e sociologia do livro e da leitura no Antigo Regime, veja-se ROGER CHARTIER (1988).

QUADRO I

Periódicos, 1820-1834: Ideologia e locais de edição

Local	IDEOLOGIA							TOTAL
	Lib.	Mig.	Outros	Lib.?	Mig.?	Lib.+ Lib.?	Mig.+ Mig.?	
Lisboa	79	69	22	12	11	91	80	193
Porto	25	2	10	1	—	26	2	38
Coimbra	13	3	1	1	—	14	3	18
Guimarães	1	—	—	—	—	1	—	1
Faro	1	—	—	—	—	1	—	1
Badajoz	1	—	—	—	—	1	—	1
Baía	1	—	—	1	—	2	—	2
Maranhão	1	—	—	—	—	1	—	1
Pará	—	—	1	—	—	—	—	1
Pernambuco	1	—	1	—	—	1	—	2
Rio de Janeiro	3	1	7	5	—	8	1	16
Angra	4	—	—	—	—	4	—	4
Funchal	5	1	—	2	—	7	1	8
Bombaim	—	—	1	—	—	—	—	1
Goa	—	—	—	1	—	1	—	1
Macau	1	—	1	—	—	1	—	2
Paris	4	—	—	—	—	4	—	4
Londres	19	1	—	—	—	19	1	20
Plymouth	1	—	—	1	—	2	—	2
TOTAL	160	77	44	24	11	184	88	316

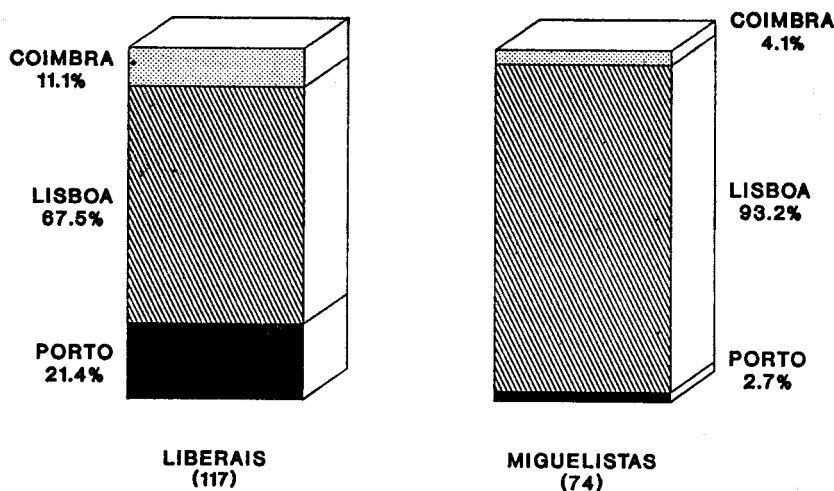


Fig. 2 — Locais de edição dos periódicos liberais e miguelistas (1820-1834)

GEOGRAFIA DA EDIÇÃO E DA CIRCULAÇÃO EM LISBOA

Em Lisboa, os locais privilegiados de leitura dos jornais ou de transmissão de notícias terão sido, para além dos cafés, dos clubes políticos e das sociedades literárias, os gabinetes de leitura — estes ainda raríssimos na 1.ª metade do século XIX, apenas um segundo M. DOMINGOS (1985) e F. GUEDES (1987) — e as livrarias. São correntes os anúncios de periódicos onde se indica como local de venda a livraria x ou y, e, raramente, uma tipografia. Apesar de a anterior indistincção entre impressores e livreiros ter já há muito desaparecido no essencial, mantinham-se ainda relações estreitas entre ambos, e há casos em que um impressor tem também uma livraria⁽⁶⁾. Entre 1820 e 1834 referenciei, para Lisboa, 31 tipografias e 28 livrarias (duas das quais em Belém) contra, respectivamente, 12 e 7 registadas por BALBI em 1822. A geografia tipográfica e livreira de Lisboa (fig. 3) ajuda-nos, pois, a conhecer os espaços em que não só o livro, mas também o periódico circulavam, bem como a localização urbana de certas formas de sociabilidade. As livrarias concentravam-se em duas zonas da baixa lisboeta: uma, a mais concorrida, tinha

(6) Refiram-se dois casos dos que recenseei: João Baptista Morando aparece como possuindo uma tipografia na rua da Barroca e uma livraria na rua do Arsenal (dados de 1820); João Nunes Esteves como uma tipografia na rua dos Correeiros e uma livraria na rua do Ouro (dados de 1820-22).

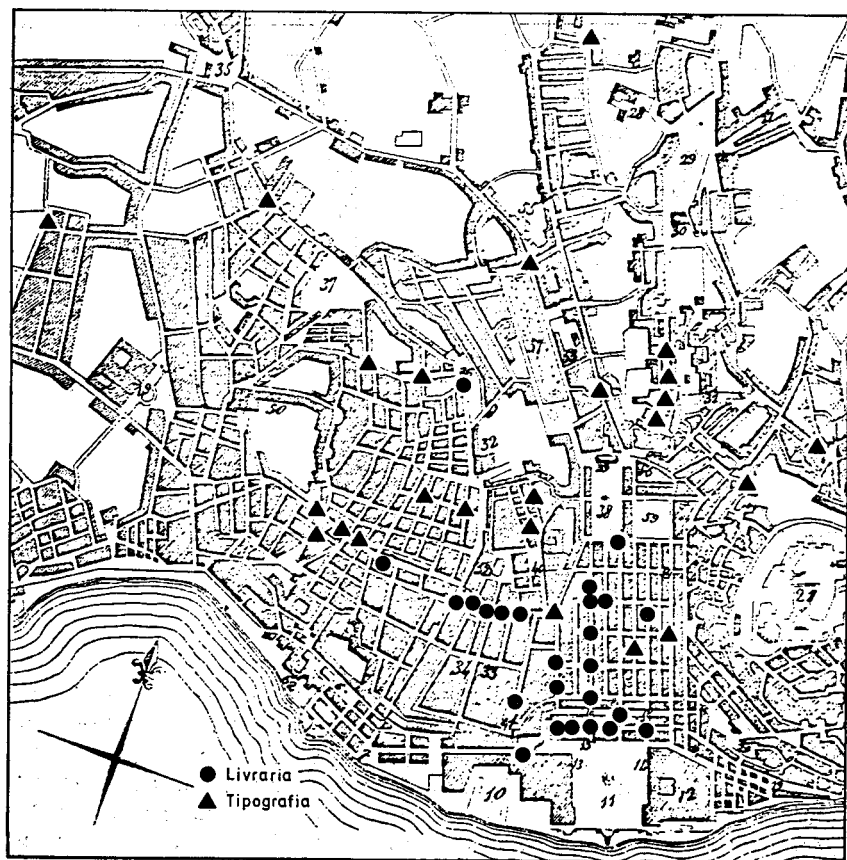


Fig. 3 — Tipografias e Livrarias de Lisboa (1820-1834)

por eixos a rua dos Capelistas (ou rua do Comércio) e a rua do Ouro; a outra situava-se na parte alta, no Chiado. Já as tipografias se encontravam mais dispersas, embora se possam salientar dois núcleos, um em St.ª Marta e outro entre o Bairro Alto e a Calçada do Combro.

No que diz respeito às tipografias refira-se ainda que, no quadro de 178 referências compulsadas para os periódicos impressos em Lisboa, a imprensa nacional/régia teve a seu cargo cerca de 30 % dos jornais publicados, seguida de longe pelas tipografias rolandiana e silviana; os responsáveis dos periódicos liberais recorreram muito menos à imprensa estatal (19 % de 73, isto é 14) do que os dos periódicos miguelistas (49 % de 67) o que vem reforçar, apesar da fragilidade destes dados, o que acima se disse acerca da utilização da imprensa pelo governo de D. Miguel.

PERIODICIDADE E PREÇO

Os dados recolhidos sobre a periodicidade e o preço dos periódicos são demasiado parcelares para que se possa tentar uma leitura do seu significado. Dada a pouca informação disponível sobre estas variáveis durante o período aqui abordado, permito-me apresentar alguns números globais.

Obtive informações sobre a periodicidade de 122 periódicos, 98 dos quais editados na metrópole (quadro II). Em qualquer dos grupos predominam os semanais (com 37.7 % e 30.6 % respectivamente). Só encontrei jornais diários e trisemanais no conjunto dos metropolitanos; no universo que estudei, os jornais publicados nas ilhas são bissemanais ou semanais, e os editados no estrangeiro (Paris e Londres) têm uma periodicidade semanal ou mensal, o que, dado o facto de se destinarem também (e em alguns casos sobretudo) ao público da metrópole, e tendo em conta as condições da produção tipográfica e do consumo na época, não nos deve surpreender. Cruzando a filiação ideológica com a periodicidade dos jornais publicados em Portugal continental, verifica-se que, nos periódicos liberais, predominam os diários (logo seguidos dos semanários e dos bissemanários), e que nos miguelistas prevalecem *ex-aequo* os semanários e os bissemanários (acompanhados de perto pelos trissemanários).

Consegui saber o preço de 96 periódicos (todos da metrópole), num grande número de casos através de anúncios. De destacar o claro predomínio dos jornais de 40 réis, seguidos de longe pelos de 60 e de 20 réis, panorama que não se alterará substancialmente ao longo do século XIX (7). Em Lisboa eram também os jornais de 40 réis os mais comuns, enquanto que no Porto, no quadro de 14 referências, vingavam os de 20 e 30 réis; tanto nos periódicos liberais como nos miguelistas destacavam-se os de 40 réis. Mas registe-se, sobretudo, o aparecimento de pelo menos 6 periódicos de 10 réis (TENGARRINHA refere apenas um para este período), ou seja, baratos, todos em Lisboa e quatro dos quais de orientação liberal.

Se é possível uma leitura de dados tão fragmentários, ela aponta para o predomínio de uma informação de frequência razoavelmente estreita (semanal, diária e bissemanal) qualquer que seja a ideologia dos periódicos, e indica uma utilização mais intensa da imprensa por parte dos liberais (que tendem a monopolizar a imprensa diária). Esta preocupação em chegar ao público mais vezes e em alargar a audiência é nítida nos periódicos liberais, pois a uma saída mais frequente junta-se uma tendência para um preço mais baixo, sendo de destacar os jornais de 10 réis.

(7) Segundo TENGARRINHA (1965, 109), entre 1834 e 1850 o preço dos jornais variava entre 20 e 50 réis, sendo 30 e 40 réis o preço mais habitual — o que significa que o preço real terá baixado.

QUADRO II
Periódicos, 1820-34: periodicidade

Periodicidade	IDEOLOGIA					TOTAL
	Liberais	Migue- listas	Outros	Liberais?	Migue- listas?	
DIARIOS						
Continente	17	3	4	1	1	26
Total	17	3	4	1	1	26
TRISSEMANAIS						
Continente	5	5	1	1	1	13
Total	5	5	1	1	1	13
BISSEMANAIS						
Continente	14	7	1	0	1	23
Total	17	7	1	1	1	27
SEMANAIS						
Continente	15	7	5	2	1	30
Total	29	7	5	4	1	46
QUINZENAIS						
Continente	0	1	0	1	0	2
Total	0	1	0	1	0	2
MENSAIS						
Continente	1	2	0	1	0	4
Total	5	2	0	1	0	8
TOTAL						
Continente	52	25	11	6	4	98
Total	73	25	11	9	4	122

REDACTORES

A sondagem efectuada sobre os redactores destes periódicos, embora incida apenas sobre 73 títulos (únicos de que foi possível, por enquanto, identificar a ocupação/profissão dos seus redactores), reforça as imagens sociais do miguelismo e do liberalismo. No conjunto predominam os clérigos e os homens de leis; mas, enquanto estes últimos são os principais responsáveis pelos periódicos de orientação liberal, já na

imprensa contra-revolucionária pontificam os clérigos (quadro III); panorama que confirma o papel do clero (regular e secular) no pensamento contra-revolucionário português e particularmente na «mobilização ideológica contra-revolucionária» (SILVA DIAS, 1980, 846-863), tal como a importância dos homens de direito na agitação e na difusão das ideias liberais (apesar da sobre-representação do grupo liberal).

QUADRO III

Periódicos, 1820-34: Profissão dos Redactores

Ideologia	PROFISSAO				
	Clérigos	Académicos Magistrados Advogados	Funcionários	Médicos	TOTAL
Miguelistas	24	4	1	1	30
Liberais	9	14	6	1	30
Miguelistas?	1	1	—	1	3
Liberais?	1	1	—	2	4
Outros	3	1	1	1	6
TOTAL	38	21	8	6	73

OBS.: Só foi possível obter informações sobre os redactores de 73 periódicos (num universo de 316 periódicos).

ANALFABETISMO, DIFUSÃO E LEITURA DOS PERIÓDICOS

Todas estas questões remetem para o problema da difusão e da leitura dos periódicos.

Não existem dados sobre a taxa de analfabetismo para este período. Segundo TENGARRINHA (1965, 87), nos anos vinte do século XIX «calculava-se em cerca de 80 % a percentagem de analfabetos nas crianças de doze anos do sexo masculino, sendo portanto ainda maior nos adultos». Esta situação, conjugada com a do local de edição e com o preço dos periódicos, sugere que a difusão deste meio de informação/comunicação era bastante restrita. Contudo, a circulação do documento escrito era maior do que se poderia pensar; neste domínio, os dados sobre o analfabetismo são um pouco ilusórios, porque este não impedia a ampla difusão das ideias escritas. Trata-se de uma difusão indirecta da informação, realizada pelos intermediários culturais (VOVELLE, 1982) como os padres,

os capitães de ordenanças, os notários, os juizes de fora e outras autoridades locais, através da afixação e da leitura pública. Nos textos contra-revolucionários, por exemplo, encontram-se excelentes indicações acerca dos meios empregues pelos liberais na difusão de notícias e de doutrina:

«Mandaram ler em muitas boticas, e botequins do Reino a todas as pessoas que ali se demoravam, para deste modo muitos portugueses, sem comprarem os livros, e sem saberem ler, receberem o veneno que eles ministravam» (FAUSTINO JOSÉ DA MADRE DE DEUS, *Notas pertencentes ao Opúsculo intitulado 'Os Povos e os Reis'*, Lisboa, 1828, 12.)

Os miguelistas utilizavam os mesmos processos. E, uma vez no poder, puseram também a máquina administrativa ao serviço da informação. A Intendência Geral da Polícia, por exemplo, desempenhou um papel privilegiado na distribuição de livros, folhetos e jornais, tanto nas épocas liberais como durante o governo miguelista; assinalem-se dois casos entre muitos: em 1821, a referida Intendência distribuiu o livro *Vozes dos leais portugueses* e outros papéis liberais; em 1829 o corregedor de Alcobça informava o intendente que já distribuira o periódico *A Besta Esfolada* de JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO (8).

Julgo portanto que as afirmações anteriores, bem como as expressas por TENGARRINHA (1965, 87) e por TORGAL (1980b, 54) acerca da fraca influência e difusão da imprensa no País devem ser matizadas. Ou seja, mesmo que os compradores/leitores regulares dos jornais pertencessem maioritariamente às «classes superiores ou médias instruídas» (TENGARRINHA), mesmo que devido ao carácter «essencialmente urbano» da imprensa deste período, os contra-revolucionários tenham construído a sua própria informação através do púlpito (TORGAL), os periódicos e a informação que veiculavam circularam no País e possibilitaram, também eles, que o mundo rural tomasse conhecimento e participasse nos debates e nas lutas políticas que incendiaram o País. Além de que, como refere GIL NOVALES (1975) para Espanha (8) as mudanças verificadas e a sua rapidez estimulavam sem dúvida a curiosidade sobre o que se passava e convidavam à procura de informação, mesmo entre os que não sabiam ler; ou, como sugere CHARTIER (1988, 141-161) para França, a revolução terá desencadeado «um desejo de leitura, de informação através do impresso», que se sobrepôs aos antigos hábitos de leitura apesar da «mediocre circulação» e do elevado analfabetismo.

(8) A.N.T.T., *Intendência Geral da Polícia*, maços de correspondência, livro 26 (Setembro de 1821) e maços de correspondência dos corregedores, n.º 127 (Leiria, Janeiro de 1829).

CONCLUSÃO

A imprensa como arma de propaganda é, nesse sentido, igualmente utilizada por revolucionários e contra-revolucionários. Se não se pode afirmar — até porque nada o permite — que a imprensa e o uso que dela fizeram os dois principais contendores da primeira metade do século XIX explicam a difusão das ideias liberais ou das contra-revolucionárias, à semelhança das teses de TCHAKHOTINE sobre o uso da rádio por Hitler e Goebbels (*Le viol des foules par la propagande politique*, Paris, 1952), não se pode contudo ignorar o seu papel nas lutas liberais em Portugal. A utilização ambivalente que dela foi feita inscreve-se perfeitamente no contexto de conflito existente, ideal à utilização de propaganda, se encararmos esta como a utilização de meios com o fim de persuadir e de conduzir a determinada acção. E constituiu mais um dos meios de integração das massas na política, fenómeno tipicamente moderno (HABERMAS). Nesta nota, procurou-se demonstrar que já antes do setembrismo (LIMA DOS SANTOS, 1979, 75) a imprensa — bem como a tribuna parlamentar nos períodos de vigência das cortes liberais — era o principal meio de discussão e de combate entre os vários contendores da sociedade portuguesa, após a profunda politização operada com a revolução de 1820. O jornalismo era, cada vez mais, o meio essencial de orientação da opinião pública.

MARIA ALEXANDRE LOUSADA

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BALLE, FRANCIS — 1982, «As comunicações de massa. A imprensa», *Dicionário de Sociologia*, dir. de J. Cazeneuve e D. Victoroff, Lisboa/S. Paulo.
- CHARTIER, ROGER — 1988, *A História Cultural entre práticas e representações*, Lisboa.
- COSTA, JAIME RAPOSO — 1976, *A Teoria da liberdade. Período de 1820 a 1823*, Coimbra.
- DIAS, GRAÇA E J. S. DA SILVA — 1980, *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2 vols., Lisboa.
- DOMINGOS, MANUELA — 1985, *Estudos de sociologia da cultura. Livros e leitores do século XIX*, Lisboa.
- DUROSELLE, J.-B. — 1976³, *Europa de 1815 hasta nuestros días*, Barcelona.
- FEBVRE, LUCIEN E MARTIN, HENRI-JEAN — 1971, *L'apparition du livre*, Paris.
- GIL NOVALES, ALBERTO — 1975, *Las Sociedades Patrióticas (1820-1833). Las libertades de expresión y de reunion en el origen de los partidos políticos*, Madrid.

- (coord.) — 1983, *La Prensa en la revolución liberal. España, Portugal y America Latina*, Madrid.
- GRÁCIO, RUI — 1975, «Ensino primário e analfabetismo», *Diccionario de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), Porto.
- GUEDES FERNANDO — 1987, *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua História. Séculos XVIII-XIX*, Lisboa-S. Paulo.
- HABERMAS, JURGEN — 1978, *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris.
- LOUSADA, MARIA ALEXANDRE — 1987, *O miguelismo (1828-1834). O discurso político e o apoio da nobreza titulada*, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trabalho de síntese, Lisboa.
- PEREIRA, A. XAVIER DA SILVA — *Diccionario Jornalístico Portuguez*, (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Manuscrito Azul, 445 a 457. 13 vols.)
- RADICH, MARIA CARLOS — 1982, «Formas de organização política: sociedades patrióticas e clubes políticos, 1820-1836», *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX* (coord. de Miriam Halpern Pereira et altri), Lisboa.
- SANTOS, MARIA DE LOURDES LIMA DOS — 1979, «Os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)», *Análise Social*, vol. XV (57), 69-115.
- SEOANE, MARIA CRUZ — 1983, *Historia del periodismo en España. 2. El siglo XIX*, Madrid.
- TENGARRINHA, JOSÉ MANUEL — 1965, *História da Imprensa periódica portuguesa*, Lisboa.
- TORGAL, LUÍS REIS — 1980a, «A contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação», *Análise Social*, n.º 61-62, Lisboa, 279-292.
- 1980b, «A contra-revolução no Portugal vintista (1820-1823): notas sobre a sua imprensa», *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*, n.º 1, Porto, 45-73.
- VERDELHO, TELMO DOS SANTOS — 1981, *As palavras e as ideias na Revolução liberal de 1820*, Coimbra.